

EDITORIAL

É com satisfação que temos a nossa 19ª edição publicada. A Bagoas segue o seu projeto original e sua vocação acadêmica e militante. Para os dias que se anunciam, com certos personagens que ocuparão funções no novo governo federal, a partir de janeiro 2019, uma vocação a ser reforçada, pois não podemos deixar de produzir conhecimento teórico de forte compromisso crítico, seja sobre as questões que são a motivação principal da criação e existência da nossa revista, seja sobre outros assuntos, assim como motivar ações que sejam a expressão dos efeitos desse conhecimento nas nossas vidas.

Pelo perfil de certas figuras do grupo político que passará a governar nosso país e por suas declarações, não há mais dúvida sobre o obscurantismo no qual pretendem meter a todos da sociedade brasileira, com suas pretensões morais retrógradas. Certamente, temas e objetos de pesquisa que são os nossos, no âmbito das questões de gênero e sexualidade, receberão diariamente tratamento arcaico e ignorante, desprezando décadas de estudos e reflexões produzidos por pesquisadores do mundo inteiro, nas universidades ou em outros centros de estudo. Produções que ajudaram a compreender a vida humana em sua diversidade e transformações, tanto quanto auxiliaram na revogação de conceitos e mesmo leis desfavoráveis à liberdade das pessoas quando o assunto é a autonomia erótica de cada um, a autonomia de suas escolhas no que tange suas preferências sexuais e identificações de gênero.

Ainda que democraticamente eleitos, e esperando-se dos que irão governar que o façam dentro das regras democráticas do Estado de Direito, sabemos, todavia, que as concepções que alguns pretendem transferir para a sociedade são demasiadamente limitadas e empobrecedoras da vida. Delas que beiram o ridículo da opção consciente pela ignorância, mesmo diante de vasto conhecimento que já se estabeleceu sobre problemas e temas os mais diversos, entre os quais aqueles que incidem diretamente sobre questões éticas e sobre nossas liberdades de existir. Nunca é demais dizer, desde que não representem ameaças à existência de outrem, as escolhas de cada um não podem ser tolhidas ou censuradas pelo Estado, por leis ou normas morais. Causa espanto, pois,

a censura que se pretende impor às escolas e às instituições de pesquisa e produção de saber, ao se almejar determinar os limites até onde o ensino do conhecimento teórico-filosófico-científico poderá chegar, ponto do qual todo conhecimento passa a ser tratado como usurpando o papel que se lhe pretende atribuir.

Soa vergonhoso ler em matérias na mídia que a futura ministra dos Direitos Humanos sugere que, daqui por diante, certamente para afastar o que passaram a chamar toscamente “ideologia de gênero”, as crianças brasileiras passem a ser tratadas como “princesas” e “príncipes”. Para essa nova intelectual do pensamento cafona, meninas e meninos tratados assim mudarão as estatísticas da violência contra mulheres, pois, cultivando os papéis de gênero tradicionais, meninas serão mulheres pacatas e do lar e meninos tornar-se-ão cavalheiros mais amáveis com as damas. E ainda chamam “ideologia de gênero” que ensinamos nos nossos textos e reflexões sobre o assunto... Ora, a ideologia de gênero está elaborada e difundida em falas como a da futura ministra, que pretende reinstaurar a mais atrasada forma de homens e mulheres se reconhecerem e toma como ameaça a pretensos “valores” modos de ser já profundamente questionados e comprovadamente sustentadores de relações de sujeição, opressão e dominação em desfavor de alguns/as e para privilégios de outros/as. Nem homens nem mulheres, numa perspectiva de emancipação e de liberdade ganham com a reinstalação de concepções arcaicas sobre gênero e papéis de gênero. Todos perdem. E perdem as nossas sociedades que apenas deram curtos passos para a revogação de realidades que não se torna mais possível deixar que perdurem.

Torna-se incômodo ouvir, nos nossos dias, pessoas com responsabilidades públicas que lhe foram ofertadas afirmarem ideias bizarras sobre assuntos para os quais demonstram profunda ignorância e atraso, mas que pretendem impor à sociedade com ares de sua salvação moral das supostas ameaças que lhe rondam. Tal como se passou a dizer, nos últimos anos na sociedade brasileira, pela boca de certos setores conservadores, para os quais há uma “cultura brasileira” e uma “família brasileira” a “proteger” e a “salvar” contra os ataques que vêm sofrendo

por aqueles que não valorizam família e tradição. Aliás, novamente aqui, podemos destacar quão ideológico é esse modo de falar de cultura e família, como se estas fossem realidades únicas e imutáveis.

Igualmente incômodo é constatar que o discurso de censura e combate ao conhecimento teórico-filosófico-científico crítico, especialmente produzido no âmbito das filosofias e ciências humanas, faz-se também com base em crenças religiosas sem fundamento, delas absolutamente impertinentes para sociedades como as que vivemos hoje. Mas, sem que se queira saber disso, há aqueles que visam impor à sociedade – e por meio da chegada ao Estado – suas crenças religiosas particulares, como se o conceito moderno-contemporâneo de Estado laico nenhum sentido fizesse e nenhuma objeção impusesse à vontade daqueles que pretendem impor suas visões particulares de mundo a um conjunto mais amplo de pessoas, entre as quais aquelas que não professam nenhuma crença religiosa ou partilham de crenças divergentes. Portando-se como fundamentalistas, certos setores religiosos imaginam poder, via o Estado, colonizar a sociedade inteira com suas crenças, a partir do que esperam impedir a expansão do que acreditam ser pensamentos de destruição da “boa sociedade” que afirmam defender – essa mesma que aí está...

Enfrentando o obscurantismo que parece vir a galope – embora sem que se possa dizer que já não estava aí antes, a Bagoas renova seu projeto e aspiração de ser lugar de utopias de um outro viver, que se exprimem nos estudos e reflexões que oferecem nossos autores/autoras, mesmo quando o que abordam é a dura realidade da violência do estigma, da discriminação, da patologização ou da morte de gays, lésbicas, trans e mulheres, mas quando também – que se diga ou não –, nos relatos e análises que fazem, trazem consigo sempre algum desejo ou esperança de uma outra possibilidade de realidade, e esta governada por outros conceitos e concepções do que deva ser a vida humana em sociedade.

Alipio DeSousa Filho

Editor